

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

**Demonstrações contábeis de 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica

Veja as Notas 3.11 e 13 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R\$ 20.465 mil, conforme divulgado na nota explicativa 13 às demonstrações contábeis.

As receitas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;
- (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.
- (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e
- (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de Março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

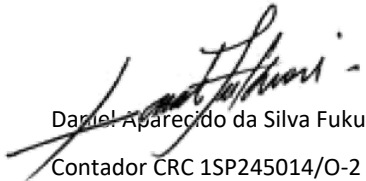
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		7.801	8.732
Caixa e equivalentes de caixa	4	300	581
Investimento de curto prazo	5	4.982	5.961
Contas a receber de clientes	6	1.848	1.512
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		163	187
Outros tributos compensáveis		8	-
Despesas pagas antecipadamente		179	276
Outros ativos		321	215
Não circulante		190.445	195.070
Imposto de renda e contribuição social diferido		114	-
Imobilizado	7	189.466	194.029
Intangível	8	865	1.041
Total do ativo		198.246	203.802
Passivo			
Circulante		6.832	29.577
Fornecedores		1.142	1.988
Empréstimos em moeda nacional	9	2.254	885
Empréstimos em moeda estrangeira	9	-	17.505
Debêntures	9	120	-
Arrendamentos		57	25
Partes relacionadas	10	1.314	1.310
Salários e férias a pagar		206	364
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	187
Outros tributos a pagar		151	139
Encargos setoriais		12	53
Provisões	11	1.575	7.117
Outros passivos		-	4
Não circulante		99.637	76.788
Empréstimos em moeda nacional	9	67.427	70.461
Debêntures	9	25.006	-
Arrendamentos		2.540	1.554
Provisões	11	4.663	4.773
Patrimônio líquido		91.777	97.437
Capital social	12	106.927	106.927
Prejuízos acumulados		(15.150)	(9.490)
Total do passivo e do patrimônio líquido		198.246	203.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	20.465	5.351
Custos operacionais	14	(15.535)	(7.873)
Lucro bruto		4.930	(2.522)
Despesas operacionais	14	(1.175)	(548)
Outras receitas	14	2	93
		(1.173)	(455)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		3.757	(2.977)
Despesas financeiras	15	(10.798)	(6.394)
Receitas financeiras	15	1.266	1.836
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.775)	(7.535)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	(892)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	115	-
Prejuízo do exercício		(5.660)	(8.427)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	<u>(5.660)</u>	<u>(8.427)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(5.660)</u>	<u>(8.427)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.367	(1.063)	51.304
Aumento de capital	54.560	-	54.560
Prejuízo do exercício	-	(8.427)	(8.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.927	(9.490)	97.437
Prejuízo do exercício	-	(5.660)	(5.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	106.927	(15.150)	91.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.660)	(7.535)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	7 e 8	8.201	4.009
Encargos de dívidas		5.547	6.145
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		4.835	(1.414)
Receita de aplicações financeiras	15	(597)	(1.365)
Baixa de Ativos		-	20
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos		(114)	-
		12.212	(140)
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(336)	(1.512)
Tributos a recuperar		142	-
Adiantamento a fornecedores		(95)	-
Despesas pagas antecipadamente		97	57
Outros ativos circulantes e não circulantes		(7)	(742)
		(199)	(2.197)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(8.377)	(674)
Partes relacionadas		4	1.310
Salários, férias a pagar		(158)	(72)
Provisão para compensação ambiental		(453)	-
Tributos a recolher		14	117
Outros passivos circulantes		228	(661)
Outros exigíveis a longo prazo		325	-
		(8.417)	20
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(319)	(837)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais		3.277	(3.154)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	7	(539)	(20.078)
Resgate em investimento de curto prazo		49.544	114.645
Aplicações em investimento de curto prazo		(47.831)	(62.715)
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos		1.174	31.852
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	9	23.164	71.213
Amortização de principal do financiamento	9	(19.635)	(81.500)
Amortização de pagamento de juros do financiamento	9	(7.948)	(19.761)
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(313)	(105)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(4.732)	(30.153)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(281)	(1.455)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	581	2.036
Saldo no final do exercício	4	300	581
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(281)	(1.455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (“Companhia”), a sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW São João, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia passou a ser controlada por Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”) a partir de 06 de janeiro de 2022.

Em 21 de janeiro de 2020, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), recebeu por meio da Resolução Autorizativa nº 8.521, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW São João. A central geradora será constituída por 6 unidades geradoras de 4.200 kW cada, totalizando 25.200 kW de potência instalada e 24.880kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre, conforme despacho nº 4.038 de 16 de dezembro de 2021. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da “Alupar” para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 493 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW São João no REIDI. Em 03 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebeu a habilitação.

Em 21 de julho de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início da operação comercial, por meio do Despacho nº 2.474 de 20 de julho de 2023.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2 Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2025.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estarão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Julgamentos

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.11 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 e nota explicativa 3.5 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo

e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras

de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos a Companhia troca a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações quando ocorridos, foram reconhecidos no resultado.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos

da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.7 Provisão para desmobilização

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

3.8 Tributação

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real, e em 2023 estava enquadrada no lucro presumido.

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) — Lucro Real 1,65%; Lucro Presumido 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%, Lucro Presumido 3,00%;

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

2024: O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado

são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2023: O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido no regime de caixa, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.9 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.10 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.11 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 187,06 MW/h (R\$ 105,39 MW/h em 2023).

(i) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2024

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	300	581

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimento de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Fundo de Investimento - STA Energia	102,16% do CDI	102,76% do CDI	3.051	4.173
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	90,72% do CDI	99,13% do CDI	1.931	1.788
			4.982	5.961

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

Os saldos das contas vinculadas ao empréstimo é compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas ao contrato do Banco do Nordeste.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	1.696	968
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	-	451
Ajuste positivo CCEE	152	93
	1.848	1.512

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

7 Imobilizado

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Transferecia	Outros (i)	31/12/2023	Adições	Outros (i)	31/12/2024
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	-	-	1.180	-	1.180	-	-	1.180
Máquinas e equipamentos	6,67%	-	-	191.707	-	191.707	539	2.092	194.338
Móveis e utensílios	6,25%	-	-	17	-	17	-	-	17
Direito de uso sobre arrendamento	-	-	-	-	1.581	1.581	-	1.054	2.635
Desmobilização de ativos	-	-	-	-	3.132	3.132	-	-	3.132
Total do imobilizado em serviço		-	-	192.904	4.713	197.617	539	3.146	201.302
Imobilizado em curso									
A ratear		153.321	20.078	(192.477)	19.104	26	-	-	26
Estudos e projetos		427	-	(427)	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor		4.999	-	-	(4.634)	365	(225)	-	140
Total do imobilizado em curso		158.747	20.078	(192.904)	14.470	391	(225)	-	166
Depreciação									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	(19)	-	-	(19)	(39)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		-	(3.936)	-	-	(3.936)	(7.883)	-	(11.819)
Móveis e utensílios		-	(1)	-	-	(1)	(1)	-	(2)
Direito de uso sobre arrendamento		-	(23)	-	-	(23)	(100)	-	(123)
Total do imobilizado em curso		-	(3.979)	-	-	(3.979)	(8.023)	-	(12.002)
Total do imobilizado		158.747	16.099	-	19.183	194.029	(7.709)	3.146	189.466

(i) Outros: imobilizado em serviço em 2023 refere-se a remensuração de arrendamentos, constituição de provisão para desmobilização de ativos, em 2024 refere-se a remensuração de arrendamentos e provisão para constituição de ativos.

Imobilizado em curso: em 2023 refere-se a custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados durante o período de implantação.

8 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Em serviço							
Outros intangíveis	19,00%	-	1.071	-	1.071	-	1.071
Total do custo do intangível		-	1.071	-	1.071	-	1.071
Imobilizado em curso							
Estudos e Projetos		13	-	(13)	-	2	2
Total do custo do intangível		13	-	(13)	-	2	2
Amortização							
Outros intangíveis		-	(30)	-	(30)	(178)	(208)
Total da amortização		-	(30)	-	(30)	(178)	(208)
Total do intangível líquido		13	1.041	(13)	1.041	(176)	865

Outros intangíveis refere-se a licenças ambientais concedidas pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de

condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.

9 Empréstimos

Captação em moeda estrangeira

Em junho de 2022 a Companhia firmou um contrato de empréstimos em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 20.294, equivalente a R\$ 104.308, transação realizada em junho de 2022, com pagamento do principal por contrato de câmbio no final do contrato em dezembro de 2023 e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida. Parte deste empréstimo foi amortizado em 21 de dezembro de 2023 no montante R\$ 93.957 com parte dos recursos oriundos do empréstimo obtido junto ao Banco BNB em 15 de dezembro de 2023.

O saldo remanescente da dívida foi renegociado e em 21 de dezembro de 2023, a Companhia firmou um novo contrato de curto prazo em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 3.581, equivalente a R\$ 17.463, onde foi definido o pagamento da operação em parcela única de principal mais juros para a data de 16/02/2024. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida.

Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

Instrumentos Financeiros

A Companhia contratou operação de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,60%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano.

Em 21 de dezembro de 2023 Companhia contratou operação de SWAP para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,70%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 1,13% ao ano. Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira mencionados acima, com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024			31/12/2023		
						Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Citibank S.A	21/06/2022	21/12/2023	(USD) 20.293	SOFR+0,60%	Semestral	-	-	-	169	17.196	17.365
Banco Citibank (Derivativo SWAP)	21/06/2022	21/12/2023	Nacional 104.308	100% da CDI - 0,98%	Semestral	-	-	-	-	140	140
						-	-	-	169	17.336	17.505

Empréstimos BNB

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139. Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023,

	31/12/2022	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas (*)	Variação cambial	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2023
Banco Citibank - Empréstimo	106.053	-	-	13.333	(620)	(81.500)	(19.761)	17.505
Banco do Nordeste	-	71.615	-	133	-	-	-	71.748
(-) Custo de captação - a amortizar	-	-	(402)	-	-	-	-	(402)
	106.053	71.615	(402)	13.466	(620)	(81.500)	(19.761)	88.851

10 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

10.1 Transações com partes

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Passivo circulante</u>		
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	1.314	1.310

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receitas</u>		
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	20.403	1.872
<u>Custos</u>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	(29)	(14)
	20.374	1.858

10.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantiadora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
25/05/2022	Diretoria	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020.	25/05/2023	25/05/2025	253	253
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	84.140	84.140
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Carta Fiança -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	71.519	71.519
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Carta compromisso -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	12.621	12.621

10.3 Remuneração da alta administração

No exercício findo em 31 dezembro de 2024 a remuneração da Diretoria foi de R\$ 95 e no exercício de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 83.

11 Provisões

	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2023	Ingresso	Realização	Reversão de provisão	Atualização monetária	
Provisões de constituição de ativos (a)	7.067	3.490	(7.634)	(1.398)	-	1.525
Provisões para compensações ambientais (b)	1.619	-	(453)	-	-	1.166
Provisões para desmobilização de ativos (c)	3.204	-	-	-	343	3.547
	11.890	3.490	(8.087)	(1.398)	343	6.238
Circulante	7.117					1.575
Não Circulante	4.773					4.663
	11.890					6.238

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual a Companhia realiza, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção do parque Eólico. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas

mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

12 Patrimônio líquido

31/12/2024		31/12/2023		
Ordinárias		Ordinárias		
Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	22.344.755	20,90%	22.344.755	20,90%
AF Energia S.A	22.637	0,02%	22.637	0,02%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	84.560.000	79,08%	84.560.000	79,08%
Total das ações	106.927.392	100,00%	106.927.392	100,00%

13 Receita operacional líquida

	MWh	31/12/2024	MWh	31/12/2023
Receita de geração de energia elétrica				
Suprimento de energia	2.484	245	24.264	3.650
Suprimento de energia - Partes relacionadas	116.348	21.986	22.797	1.310
Ajuste positivo CCEE	-	400	-	649
	118.832	22.631	47.061	5.609
Deduções				
PIS - Programa de integração social		(369)		(36)
COFINS - Contribuição para o		(1.702)		(168)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços		(95)		(54)
		(2.166)		(258)
Receita operacional líquida		20.465		5.351

14 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(4.273)	-	(1.597)	-
Doações, contribuições e subvenções		(12)	(6)	(1)	(1)
		(4.285)	(6)	(1.598)	(1)
Custos gerenciáveis					
Energia comprada para revenda		(1.191)	-	(569)	-
Seguros		(278)	(3)	(290)	(5)
Aluguéis		28	(14)	(14)	(5)
Pessoal		(290)	(315)	(804)	(301)
Material		(105)	(3)	(179)	(18)
Serviços de Terceiros		(1.122)	(397)	(405)	(186)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	11	(14)	-	(14)	-
PLR		-	(400)	-	-
Outros tributos e taxas		(109)	(5)	-	(23)
Outras receitas		-	2	-	93
		(3.081)	(1.135)	(2.275)	(445)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(8.169)	(32)	(4.000)	(9)
		(8.169)	(32)	(4.000)	(9)
		(15.535)	(1.173)	(7.873)	(455)

15 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (*)	(5.784)	(6.145)
Outros	(5.014)	(249)
Total	(10.798)	(6.394)
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	705	1.365
Outros	561	471
Total	1.266	1.836
Total Líquido	(9.532)	(4.558)

(*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 30 de julho de 2023, devido a Companhia estar em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

16 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Lucro Real	
	31/12/2024	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.775)	(5.775)
(-/+) Adições e/ou exclusões	736	336
(-) DEBÊNTURES	(793)	(793)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(5.831)	(6.231)
Total dos tributos correntes	-	-
Tributos Diferidos Extensão da concessão		
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	84	30
Tributos diferidos	84	30
Total dos tributos	84	30
	Lucro Presumido	
	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
<u>Apuração Lucro Presumido</u>		
Faturamento e Liquidação CCEE (*)	5.609	5.609
	8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%	449	673
Receita financeira	4.920	4.920
Base de cálculo IR e CS	5.369	5.593
Alíquota	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-
	1.318	503
Outros ajustes	18	7
Total dos tributos correntes	1.336	510
LAIR	(7.535)	

Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 5.957 e R\$ 6.347 respectivamente que gerariam ativos

fiscais diferido. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que a operação da Companhia está nos primeiros anos de atividades.

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	300	300	581	581	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4.982	4.982	5.961	5.961	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	5.282	5.282	6.542	6.542		
Passivo						
Fornecedores	1.142	1.142	1.988	1.988	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda nacional	69.681	69.681	71.346	71.346	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	17.505	17.505	-	Custo amortizado
Debêntures	26.161	25.082	-	-	-	Custo amortizado
Derivativos financeiros	-	-	140	140	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	96.984	95.905	90.979	90.979		

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

17.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base

no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Investimentos de curto prazo	CDI 4.982	215	322	430	537	645

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			5,53%	8,30%	11,06%	13,83%	16,59%
Banco do Nordeste	IPCA + 5,35%	70.766	7.911	9.973	12.034	14.096	16.157
Debentures	IPCA + 46,40%	26.161	14.257	15.316	16.375	17.434	18.493

18 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	88.851	(27.583)	23.164	10.375	-	94.807
Arrendamentos	1.579	(35)	(278)	278	1.053	2.597
	<u>90.430</u>	<u>(27.618)</u>	<u>22.886</u>	<u>10.653</u>	<u>1.053</u>	<u>97.404</u>
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)						
	<u>90.430</u>	<u>(27.618)</u>	<u>22.886</u>	<u>10.653</u>	<u>1.053</u>	<u>97.404</u>

Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.053	(101.663)	71.615	12.846	-	88.851
Arrendamentos	-	(105)	-	507	1.177	1.579
	<u>106.053</u>	<u>(101.768)</u>	<u>71.615</u>	<u>13.353</u>	<u>1.177</u>	<u>90.430</u>
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)						
	<u>106.053</u>	<u>(101.768)</u>	<u>71.615</u>	<u>13.353</u>	<u>1.177</u>	<u>90.430</u>

19 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 94 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2023) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco de responsabilidade civil geral	10.000	6	21/07/2025
Riscos nomeados e Operacional	152.414	315	21/07/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	50.000	2	28/08/2025
Total	<u>212.414</u>	<u>324</u>	

* * *